

## **PROJETO DE LEI Nº 65, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015**

***Autoriza o Chefe do Poder Executivo a anuir na transferência de imóvel doado nas condições que menciona e dá outras providências.***

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anuir na transferência do imóvel doado à empresa FRAMA CONFECÇÕES LTDA para a empresa *ALFA CALDEIRARIA E MONTAGENS LTDA*, CNPJ 65.285.462/0001-48, Inscrição Estadual 338.745944-0023, com endereço na Rua Dário Gonçalves de Souza, nº 90, Bairro Santa Mônica, nesta cidade, sob a forma de doação, para fins de expansão de suas atividades.

**Parágrafo único.** O imóvel a que se refere o caput deste artigo foi objeto de doação à empresa Frama Confeções Ltda. autorizada pela Lei nº 3.447, de 2 de junho de 1999.

**Art. 2º** O imóvel objeto da transferência constitui-se de uma área de terreno localizada no Retiro das Contendas, com 5.625 m² (cinco mil, seiscentos e vinte e cinco metros quadrados), tendo 45,00 metros de frente para a Rodovia MG-431; 125,00 metros pela lateral direita confrontando com o terreno de propriedade da Empresa Plásticos Univel Ltda; 125,00 metros pela lateral esquerda confrontando 79,02 metros com a Metalúrgica Lorena Ltda e 45,98 metros com DIMAP Ltda; e, 45,00 metros pelos fundos confrontando com terreno do Município, matriculado sob nº 32.907, Livro 2-EX, Fls. 107, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna – MG.

**Art. 3º** A área doada a FRAMA CONFECÇÕES LTDA pela via da Lei nº 3.447, de 02/06/1999, ao ser transferida à ALFA CALDEIRARIA E MONTAGENS LTDA manterá a finalidade específica de instalação e expansão da empresa ora beneficiária, a qual ficará vinculada ao atendimento das seguintes condições:

- I** – dedicar-se às atividades descritas em seu contrato social;
- II** – evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas de proteção ambiental, mesmo em caso de alteração ou ampliação das atividades a que se refere o inciso I deste artigo;
- III** – não interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses nos próximos 10 (dez) anos, salvo por motivo justificado, não podendo, entretanto, ultrapassar a 12 (doze) meses de inatividade;
- IV** – em caso de edificações, elaborar projetos de construção civil e submetê-los à apreciação e aprovação da Secretaria Municipal de Regulação Urbana do Município de Itaúna e implantar projeto de segurança com a aprovação prévia do Corpo de Bombeiros local;
- V** – recolher os tributos municipais em favor do Município de Itaúna, especialmente o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre as atividades de prestação de serviço à Fazenda Municipal de Itaúna, mesmo em caso de alteração ou expansão das atividades e de representações comerciais;

**VI** – declarar o VAF-DAMEF em favor do Município anuente;

**VII** – recolher, na forma da Lei Municipal nº 3.690, de 18 de fevereiro de 2002, no prazo de até (30) trinta dias após a transferência, o equivalente a 2% (dois por cento) do valor da avaliação dos imóveis, sendo 1% (um por cento) para o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA e 1% (um por cento) para entidade filantrópica a ser indicada pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

**Parágrafo único.** O não atendimento a quaisquer das condições previstas neste artigo implicará a reversão dos imóveis à municipalidade, sem que caiba à beneficiária qualquer direito à indenização por benfeitorias e edificações realizadas.

**Art. 4º** Fica permitida à empresa beneficiária a utilização do imóvel para garantia de financiamentos exclusivamente junto aos órgãos e ou bancos oficiais de fomento, por intermédio dos bancos comerciais credenciados pelo BNDES para operar com suas linhas de crédito, BDMG, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para fins de investimento na empresa.

**Parágrafo único.** Caso adotada a garantia na forma de alienação fiduciária, fica esta limitada ao prazo definido no artigo 5º desta Lei.

**Art. 5º** Na escritura de doação constará cláusula de inalienabilidade pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos.

**Art. 6º** Caberá à empresa beneficiária a responsabilidade pelas despesas com emolumentos cartoriais relativos à outorga de escritura.

**Art. 7º** Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.447, de 2 de junho de 1999, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna/MG, 9 de dezembro de 2015.

**OSMANDO PEREIRA DA SILVA**  
**Prefeito Municipal**

**RENATO CORRADI BECHELAINE**  
**Secretário Municipal de Administração**

**OTACÍLIA DE CÁSSIA BARBOSA PARREIRAS**  
**Procuradora Geral do Município**

***PROJETO DE LEI Nº 65/2015***

***JUSTIFICATIVA***

Senhor Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna:

Apresentamos a V. Exas. o projeto de lei que visa autorização dessa Casa para o Município de Itaúna anuir com a transferência do imóvel doado à Frama Confeções Ltda. diretamente para a empresa Alfa Caldeiraria Ltda., sob a forma de doação, para expansão de suas atividades.

A empresa ora beneficiada pretende investir no imóvel de natureza pública com o propósito de investir, significativamente, na especificidade de fabricação de estruturas metálicas pesadas, concorrendo diretamente com as empresas especializadas nesse ramo no país.

Seguem juntados a esta justificativa as demais informações sobre a proposta de investimentos e situação fiscal da beneficiária necessárias à instrução do processo legislativo.

Com estas justificativas, aguardamos aprovação da presente proposição de lei que consideramos de relevante interesse público para o desenvolvimento sócio econômico do Município.

Atenciosamente.

***OSMANDO PEREIRA DA SILVA***  
***Prefeito Municipal***